

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CursoC-PEM/2000.....

Partido

Solução doTI P-III-7...(Mo)

Apresentada Por

.....MARCO ANTONIO GUIMARÃES FALCÃO.....

.....Capitão-de-Mar-e-Guerra.....

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

20⁰⁰.....

Jo-A-78

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL



Handwritten text, possibly a signature or date, appearing as '20/08' and 'C.A. Falcão'.

A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DOS PAÍSES DO MERCOSUL

MARCO ANTONIO GUIMARÃES FALCÃO

Capitão-de-Mar-e-Guerra

2000



MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA MARITIMA

Cód: 18826
MB - EGN
BIBLIOTECA
JA 103/2021
N.º 5257

COPIA ACERVO
66498

EXEMPLAR
97065

MENOR ANTONIO GUIMARAES FALCAO
Escola de Guerra Maritima

3000



FALCÃO, Marco Antonio Guimarães, 1953-

A Atuação das Forças Armadas dos Países do MERCOSUL / Marco Antonio Guimarães Falcão.- Rio de Janeiro: EGN, 2000
vii, 45f.

Monografia: C-PEM, 2000.

Bibliografia: f. A-1/A-8.

1. Forças Armadas - Brasil. 2. Estratégia. 3. Argentina. 4. MERCOSUL. 5. América do Sul. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.

EXTRATO

Desde 1991, o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL - tornou-se prioridade em termos das relações internacionais do País.

Trata-se de um amplo processo de integração política e econômica entre o Brasil e os demais países membros: Argentina, Uruguai e Paraguai, e as Forças Armadas (FFAA) desses países não devem ficar à margem desse processo.

O trabalho inicia-se com os antecedentes, a situação atual e as perspectivas do MERCOSUL. A seguir, trata do relacionamento entre seus membros, apresentando os conflitos atuais, os passíveis de ocorrer, além do "status quo" dessa relação.

Considerando-se a nova ordem mundial, são discutidos os Interesses Nacionais e as influências externas que afetam esses Interesses. Também é apresentado em que medida os setores político e econômico desses países afetam suas FFAA.

Finalmente, é apresentada a situação atual das FFAA, o relacionamento entre elas e seus possíveis cenários e formas de atuação.

Tema: As Forças Armadas (FFAA) e o MERCOSUL

Título: A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DOS PAÍSES DO
MERCOSUL

Tópicos a abordar:

- Antecedentes, situação e perspectivas do MERCOSUL;
- Os conflitos regionais passados e os atuais;
- O relacionamento do Brasil com estes países;
- Os Interesses Nacionais e as interferências externas;
- As influências internas dos países do MERCOSUL em suas FFAA;
- A situação da FFAA dos países do MERCOSUL, suas tendências;
- O relacionamento militar; e
- Os possíveis cenários e as formas de atuação.

Proposição: Apresentar uma pequena resenha histórica da formação do MERCOSUL, sua situação presente e perspectivas. Descrever os principais conflitos passados envolvendo os países deste bloco regional e os possíveis de ocorrer. Discutir a relação do Brasil com seus parceiros de bloco. Identificar os Interesses Nacionais desses países e a influência de forças exógenas para a conquista e manutenção desses Interesses. Estudar o grau de influência dos setores político e econômico sobre as FFAA desses países. Verificar a situação e o relacionamento das FFAA dos países membros, notadamente da Marinha do Brasil e da Armada Argentina, identificando suas tendências. Identificar possíveis cenários e formas de atuação dessas FFAA.

nr. de palavras: 10482

SUMÁRIO

	PÁGINA
Introdução	v
CAPÍTULO 1 – O MERCOSUL	1
SEÇÃO I – ANTECEDENTES	1
SEÇÃO II – APÓS O TRATADO	4
SEÇÃO III – PERSPECTIVAS	6
CAPÍTULO 2 – O RELACIONAMENTO INTER-MEMBROS	8
SEÇÃO I – OS CONFLITOS PASSADOS	8
SEÇÃO II – AS CONTROVÉRSIAS ATUAIS	11
SEÇÃO III – AS RELAÇÕES DE HOJE	14
CAPÍTULO 3 – A NOVA ORDEM MUNDIAL	18
SEÇÃO I – OS INTERESSES NACIONAIS	18
SEÇÃO II – AS INFLUÊNCIAS EXTERNAS	20
SEÇÃO III – AS INFLUÊNCIAS INTERNAS SOBRE AS FFAA.....	23
CAPÍTULO 4 – O PODER MILITAR	28
SEÇÃO I – A SITUAÇÃO ATUAL DAS FFAA	28
SEÇÃO II – O RELACIONAMENTO MILITAR	34
SEÇÃO III – OS POSSÍVEIS CENÁRIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO	37
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA	A-1

INTRODUÇÃO

*“O majestoso Prata bem claro nos ensina,
Nesta junção feliz de rios tão distantes,
Que os sul-americanos, por uma lei divina,
Devem viver unidos, se querem ser gigantes.”*
Francisco Octaviano.

A idéia de uma integração regional entre os países que compõem parte importante do Cone Sul não é conceito novo. Ao contrário, foi uma história compartilhada por portugueses e espanhóis que prosseguiu após as independências das antigas metrópoles. O conceito começou a tornar-se prático no início dos anos 80 com o restabelecimento dos regimes democráticos no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com a clara percepção de que a globalização econômica e a revolução tecnológica necessitam de uma profunda transformação produtiva para sustentar estas próprias democracias e as conseqüentes aspirações de bem-estar de suas populações.

Assim, o conceito do MERCOSUL é o resultado natural de três grandes forças que o integram: a consolidação das democracias, as transformações produtivas e a inserção competitiva na economia mundial globalizada. A meta principal é uma plataforma comum, aberta e flexível para melhor negociar e competir. A formulação do MERCOSUL, mais do que um produto final, associa-se com a metodologia de um trabalho conjunto, num acerto de disciplina coletiva mutuamente compactuado entre nações soberanas com personalidades e identidades próprias.

O MERCOSUL não exclui outras dimensões de inserção internacional dos países que dele participam. Prevê o desenvolvimento de acordos múltiplos e uma aliança na qual cada um dos sócios encontra um ambiente que lhe permita acrescentar,

no marco da disciplina comum, toda sua capacidade para competir e negociar em mundo globalizado. O MERCOSUL é, desta forma, parte significativa de uma rede de acordos governamentais orientados a potencializar a capacidade produtiva e competitiva de produtores de bens e de prestadores de serviço de cada uma das economias nacionais.

O MERCOSUL foi iniciado pelo Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, tendo como propósito a formação de um Mercado Comum, com a eliminação de barreiras para a consolidação da livre circulação de bens, cidadãos e serviços entre estes países e com a adoção de uma política comercial comum em relação a outros blocos e países.

Este espírito de cooperação vem sendo transmitido a todos os setores do cotidiano com reflexos importantes nas suas Forças Armadas, interferindo nas suas formas tradicionais de atuação. Neste contexto, são influenciadas pelos setores político e econômico dos respectivos Estados e têm destacada participação na conquista e manutenção de seus Objetivos Nacionais, a despeito de pressões e interferências externas.

O Cone Sul da América meridional, onde se localizam os países integrantes do MERCOSUL, foi marcado por diversos conflitos no decorrer de suas Histórias, que influíram sensivelmente no relacionamento do Brasil com esses países.

No caso regional, é importante verificar em que medida as Forças Armadas participam do processo de integração em curso e se, dentro de suas missões constitucionais, estão capacitadas para respaldar as posições políticas assumidas por seus governos em nome de suas Nações.

Este trabalho procura constatar a atuação da Forças Armadas dos países do MERCOSUL, iniciando com uma breve resenha histórica, a situação atual e as perspectivas para o Mercado Comum regional. Em seu segundo capítulo, procura

identificar os conflitos passados, os atuais e os passíveis de ocorrer, além de analisar o relacionamento entre os países do bloco.

A terceira parte do trabalho é voltada para a nova ordem mundial, procurando-se identificar os principais Interesses Nacionais, as influências externas que podem afetar esses Interesses e verificar como os setores político e econômico dos países do MERCOSUL influenciam suas Forças Armadas.

Finalmente, serão analisados os Poderes Militares desses países, com a situação atual de seus segmentos militares, especialmente da Marinha do Brasil e da Armada Argentina, identificando seus atuais relacionamentos, suas tendências e políticas de emprego, além dos possíveis cenários e formas de atuação das Forças Armadas dos países do MERCOSUL.

CAPÍTULO 1

O MERCOSUL

SEÇÃO I – ANTECEDENTES

Em 1960, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai iniciavam uma primeira associação para integrar suas economias. Naquele ano, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)¹, reflexo, em parte, da assinatura do Tratado de Roma de 1957, que criou a Comunidade Econômica Européia (CEE). A idéia era estabelecer em doze anos uma zona de livre comércio, mas a ALALC não produziu os efeitos desejados.

A ALALC resultava da união de vontades do Brasil e da Argentina como conseqüência da Operação Pan- Americana, lançada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, a fim de forçar os Estados Unidos da América (EUA) a se voltarem para os problemas do desenvolvimento econômico do hemisfério.

Em 1966, o Brasil propôs à Argentina a formação de um mercado comum, embora com uma percepção diferente da ALALC, isto é, com o propósito não de resistência e sim de maior integração com os Estados Unidos². Tal projeto também não avançou devido aos problemas internos dos dois países.

A perspectiva de integração entre o Brasil e a Argentina voltou a delinear-se em 1977, apesar das divergências então presentes sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O Presidente Jorge Rafael Videla tomou diversas medidas com o propósito

¹Aderiram também a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador, o México, o Peru e a Venezuela.

²CERVO, Amado L., RAPOPORT, Mario. História do Cone Sul. Brasília : UNB/1998, pag.316.

de aprofundar a cooperação comercial com o Brasil, propondo o funcionamento de uma Comissão Especial Brasil-Argentina de Comércio (CEBAC).

Em 19 de outubro de 1979, o Presidente João Batista Figueiredo e os seus colegas argentino e paraguaio, assinaram o Acordo Tripartite, pelo qual esses países superaram as divergências sobre o aproveitamento das águas da bacia do Prata, ao mesmo tempo em que se propunha a reestruturação da ALALC.

Essa reestruturação foi efetuada através da transformação da ALALC na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)³ pelo Tratado de Montevideu em 1980. Este tratado, que permanece inalterado e em vigor até hoje, manifesta o desejo de promover um processo convergente a um mercado comum regional.

Essa nova associação latino-americana deu ímpeto aos movimentos de integração na América do Sul, com concessões bilaterais de preferências tarifárias sem a necessidade de estendê-las aos demais membros. Desse cenário apresenta-se hoje uma ampla rede de acordos de integração realizados entre grupos de países membros, entre os quais o Acordo de Cartagena, que cria o Grupo Andino e o próprio MERCOSUL.

A década de 80, período caracterizado por dívidas externas, retrocessos econômicos e por conflitos externos, parecia mais marcada pela lógica da fragmentação do que pela integração. Mas o fim da guerra fria e as percepções comuns das profundas mudanças econômicas de escala mundial, geraram um clima propício para o retorno à idéia integracionista.

A ALALC e a ALADI colaboraram para preparar o terreno no sentido da pretendida integração econômica. Entre outras lições do período ALALC-ALADI, talvez a principal tenha sido a necessidade de reduzir o número de participantes no

³ Os mesmos países que compunham a ALALC passam a compor a ALADI.

início do processo a fim de potencializar as vantagens da proximidade física e facilitar a fluência da comunicação política.

O verdadeiro impulso da integração Brasil-Argentina produziu-se em 1985, com o lançamento das bases iniciais do MERCOSUL pela “Declaração de Iguazu”. Em julho de 1986, os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín assinaram a Ata para Integração Argentino-Brasileira que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)⁴.

No ano de 1988, o Brasil e a Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, pelo qual se propunham a constituir um espaço econômico comum por meio de uma gradual liberalização comercial. Durante a fase de sanção pelos respectivos Congressos, foram firmados protocolos sobre temas diversos, consolidados pelo “Acordo de Complementação Econômica número 14”, assinado em dezembro de 1990, no âmbito da ALADI, que se constituiria no referencial a ser adotado posteriormente para a assinatura do Tratado do MERCOSUL.

Os Presidentes Fernando Collor e Carlos Menem, com as mudanças introduzidas nos respectivos programas econômicos, firmaram a “Ata de Buenos Aires” em julho de 1990. No mês de março seguinte, o Uruguai e o Paraguai juntaram-se ao processo em curso, resultando na assinatura do “Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL”.

SEÇÃO II – APÓS O TRATADO

O MERCOSUL comporta elementos de continuidade em relação aos anteriores esforços integracionistas. No plano regional, procura dar prosseguimento às ALALC e

⁴ Mercosul: um ATLAS cultural, social e econômico. “Raízes e Projeção do Mercosul”. Felix Peña. Rio. Instituto Herbert Levy.1966.

ALADI e, no plano bilateral Brasil-Argentina, se propõe a aprofundar os princípios contidos na “Declaração de Iguazu”, no “Programa de Integração e Cooperação Econômica” e no “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”.

Para o MERCOSUL alcançar o seu propósito de efetiva conformação de um Mercado Comum, nos moldes do que foi a Comunidade Econômica Européia (CEE) antes do Tratado de Maastricht que a transformou na União Européia (UE) , torna-se necessário o cumprimento de três grandes etapas: a criação de uma Zona de Livre Comércio (ZLC), a formação de uma União Aduaneira (UA) e a implantação do Mercado Comum propriamente dito. A ZLC foi incrementada através de um programa automático de liberalização do comércio intra-regional até o final de 1998, quando foi completada.

Como resultados da formação da ZLC, a Argentina tornou-se o segundo parceiro individual do Brasil, com cerca de 11% das exportações brasileiras, atrás apenas dos EUA. O Brasil consolidou-se como o principal parceiro argentino absorvendo 30% de suas exportações. O Paraguai representa, em termos de comércio, um papel para o Brasil tão importante quanto o Reino Unido ou a França. Já o Uruguai supera a Espanha como parceiro comercial brasileiro⁵.

Para a implementação de uma UA, deve-se definir uma Tarifa Externa Comum (TEC) que condiciona o tratamento tarifário comum para produtos provenientes de não-membros. Pode-se considerar a atual UA como “imperfeita”, pois apesar da TEC já estar definida para todo o universo tarifário, ainda existem produtos aos quais ela não está sendo aplicada. Entretanto, espera-se até 2006 a convergência de todos os produtos extra-bloco à alíquota da TEC.

⁵ “O Brasil e os países do Cone Sul: o MERCOSUL e a Integração Latino-Americana”. Min. Carlos A. Simas Magalhães. MRE/1998.

Quanto à estrutura institucional do MERCOSUL para sanar eventuais controvérsias entre seus membros, a posição brasileira é de que a atual forma de atuar por consenso tem atendido satisfatoriamente às necessidades do processo de integração. Por outro lado, a Argentina defende uma maior institucionalização do processo, citando a UE como exemplo a ser seguido. Neste aspecto, a idéia do Protocolo de Brasília, assinado em 1991, que propunha a criação de um “Tribunal de Arbitragem”, não chegou a ser implementada devido à falta de empenho dos países participantes⁶.

As relações entre o MERCOSUL e a UE merecem uma atenção especial. Em dezembro de 1995, em Madri, foi assinado entre os dois agrupamentos o “Acordo-Quadro de Cooperação Econômica e Comercial”, instrumento voltado à criação de uma associação inter-regional de caráter político e econômico. Constituiu-se, assim, o primeiro ato internacional assinado pelo MERCOSUL na sua dupla condição de UA e de organismo com personalidade jurídica internacional. É muito significativo que este primeiro acordo tenha sido assinado justamente com a UE, a experiência de integração de maior êxito internacional.

Voltando ao âmbito regional, a maior dificuldade recente do MERCOSUL foi causada pela desvalorização do Real em janeiro de 1999, o que acarretou um forte impacto nas balanças comerciais do Brasil com os seus parceiros.

SEÇÃO III – PERSPECTIVAS

Na Seção anterior, verificou-se o estágio atual do MERCOSUL, elemento catalisador de grande alcance no Cone Sul, haja vista que os acordos de livre comércio com o Chile e a Bolívia já constituem uma realidade concreta e esses países já são membros associados do bloco.

⁶ SILVA, Luiz B. da, ZUCCARO, Paulo M. “La integración argentino-brasileña”. Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires: añoXXIX, n.46, p.103-138, dez/1997.

Faz-se necessário, entretanto, maior habilidade política na condução do processo para eliminar as arestas produzidas por interesses diferentes e para se obter convergência de posições que permita uma postura comum frente a terceiros blocos ou países. Para o milênio que se inicia, há poucas chances de crescimento individual num mercado global cada vez mais competitivo. O MERCOSUL é o caminho mais seguro.

Neste mundo globalizado, foi lançado pelos EUA, em 1994, o processo de criação da “Área de Livre Comércio das Américas” (ALCA) que pretende a união das economias das três Américas a partir de 2005, resultando no maior bloco do mundo, com uma população estimada de 758 milhões de habitantes e um PIB previsto de US\$9,3 trilhões⁷.

A proposta da ALCA é vista com desconfiança pelo governo brasileiro, que se empenha em retardar o seu início efetivo. Um dos principais pontos de discórdia é em relação ao destino dos atuais blocos regionais. Os países do MERCOSUL, que pretendem negociar suas participações em conjunto, rejeitam a proposta americana de extinção desses blocos após a implementação da ALCA.

Enquanto isso, pergunta-se: qual será o futuro do MERCOSUL? O recém-empossado Presidente da Argentina, Fernando De la Rúa, manifestou sua firme intenção de colocar o Brasil novamente como o sócio externo mais importante para seu país. Propõe uma revisão do “modelo MERCOSUL”, com o retorno a uma visão estratégica voltada para o desenvolvimento⁸.

⁷ JORNAL DO BRASIL. Américas. Rio de Janeiro : JB,11 de maio de 1997. 43p. Suplemento especial.

⁸ BERNAL-MEZA, Raúl. “Políticas exteriores comparadas da Argentina e Brasil rumo ao MERCOSUL”. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v. 42, n.2, p.40-51, 1999.

Para o Brasil, os objetivos de sua agenda apontam para a política mundial, visando a sua adequada inserção internacional. O caminho para este fim passa necessariamente por resolver previamente suas diferenças com a Argentina.

Na opinião do autor, o MERCOSUL tem uma boa possibilidade de superar os atuais óbices e prosseguir no caminho harmônico da integração regional, com a perspectiva da incorporação plena de novos membros, como o Chile e a Bolívia. A futura conformação da ALCA exige um bloco regional forte para uma melhor inserção desses países naquela Associação.

CAPÍTULO 2

O RELACIONAMENTO INTER-MEMBROS

SEÇÃO I – OS CONFLITOS PASSADOS

Chamo a atenção do leitor para a coincidência histórica que é, para o Brasil, a formação de um Mercado Comum justamente com os vizinhos que foram atores nas únicas guerras externas que se envolveu diretamente no Continente: a Guerra da Cisplatina, que acabou por originar o Uruguai; a Guerra contra Oribe e Rosas; e, finalmente, a Guerra do Paraguai.

Voltemos ao século XVII. Em 1680, os lusitanos fundaram a cidade de Colônia de Sacramento, em frente a Buenos Aires, com a intenção geopolítica de dominar a margem setentrional da foz do Rio da Prata. Este foi o estopim do mais acirrado conflito entre os dois países ibéricos pelas fronteiras da América do Sul durante o período colonial.

Na solução deste primeiro conflito, destacou-se a figura do brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário do rei D.João V de Portugal. Gusmão era profundo conhecedor dos problemas de fronteiras da América portuguesa e, baseado em suas observações, defendeu o princípio de “uti possidetis”, isto é, cada parte devia ficar com que efetivamente ocupava à época e usar, como marcos, os limites naturais como rios e montanhas⁹.

⁹ ZIRAVELLO, Mara. Brasil 500 Anos. São Paulo : Nova Cultural. 1999.pág.208.

A solução encontrada, que tomou forma através do Tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750, foi a troca da Colônia de Sacramento pela região dos Sete Povos das Missões, área atual do Estado do Rio Grande do Sul¹⁰.

A Guerra da Cisplatina: Em 1821, foi anexada ao Brasil a Província Cisplatina. Em 1825, Juan Antonio Lavalleja proclamou a separação do Uruguai do Brasil e sua anexação às Províncias Unidas do Rio da Prata, futura Argentina.

Assim, em 10 de dezembro de 1825, D. Pedro I declarava oficialmente guerra às Províncias Unidas do Prata. É interessante observar que nessa primeira guerra externa da Nação brasileira, a Esquadra já participava com ações de bloqueio naval aos portos platinos. Pela convenção de paz assinada em agosto de 1828, foi formada a República Oriental do Uruguai e estabelecida a livre navegação no Rio da Prata, um dos objetivos políticos brasileiros principais naquele conflito.

Após o desfecho da Guerra da Cisplatina, o território do antigo Vice-Reinado do Prata já estava dividido entre a Bolívia, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Os sucessivos governos de Buenos Aires tinham como principal objetivo nacional a reconstrução do que fora o antigo Vice-Reinado, o que vinha de encontro aos interesses do Império brasileiro favorável à criação dos novos Estados.

Em 1851, o Brasil declarou guerra à Argentina, já que esta se recusava a reconhecer a independência paraguaia. Em abril, a Esquadra brasileira sob o comando de John Grenfell chegou ao Prata. É digno de nota que no episódio da Passagem de Tonelero foi empregado em guerra, pela primeira vez, o navio a vapor pela Marinha do Brasil¹¹.

¹⁰ A questão das fronteiras sul-continentais foi finalmente resolvida pelo Tratado de Santo Ildefonso em 1777.

¹¹ Palestra do VAlte(RRm) Armando Amorim Ferreira Vidigal ao C-PEM em 18 de abril de 2000.

Em outubro, o argentino Justo José de Urquiza, caudilho da Província de Entre Rios e líder das forças que combatiam o Presidente argentino Juan Manuel Rosas, derrotou o Presidente uruguaio Manuel Oribe. Em 1852, a coligação formada pelo Brasil, Urquiza e os liberais argentinos liderados por Bartolomeu Mitre, pôs fim à guerra e à ditadura de Rosas.

A Guerra do Paraguai: a mais longa e sangrenta guerra do continente sul-americano teve sua origem em uma série de conflitos no Uruguai, nas lutas entre “blancos” e “colorados”. Os “blancos” contavam com o apoio de Francisco Solano López, Presidente do Paraguai desde 1862. Os “colorados”, liderados por Venâncio Flores, recebiam ajuda do Brasil e da Argentina.

Em novembro de 1864, a esquadra comandada por Joaquim Marques de Lisboa, então Barão de Tamandaré, bloqueou Montevideú, ao mesmo tempo que forças brasileiras e “coloradas” sitiavam a cidade uruguaia de Paisandu. Como represália, Solano López ordenou o apresamento do navio brasileiro “Marquês de Olinda”.

Iniciado o conflito, a Batalha Naval do Riachuelo em 11 de junho de 1865 assumiu proporções de uma batalha decisiva, mas sua vitória não permitiu o domínio aliado do rio Paraguai devido às fortalezas paraguaias ainda existentes em suas margens. O fato estratégico decisivo da guerra foi a Passagem de Humaitá em 25 de julho de 1868, com a utilização adequada, pela primeira vez, de navios monitores, o que proporcionou a chegada das tropas brasileiras à Assunção no final daquele ano e o fim da Guerra do Paraguai em 1870.

Passados vários anos de estabilidade nas relações interplatinas, em 5 de novembro de 1899, o Brasil e a Argentina convencionaram submeter o dissídio em

torno das Missões à arbitragem do presidente dos EUA¹². Essa questão foi encerrada pela decisão do Presidente Grover Cleveland, que, em 1895, resolveu a questão de modo favorável ao Brasil, aceitando os argumentos históricos e geográficos apresentados pelo Barão do Rio Branco.

Após décadas de incertezas e desconfianças, nas quais o mundo viveu duas guerras mundiais com percepções diferentes dos dois principais parceiros do MERCOSUL, uma nova e grande crise viria a se instalar no seio desse relacionamento. Tratava-se das questões pelo aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata.

Tornava-se necessário superar as controvérsias sobre a construção das represas de Itaipu (Brasil e Paraguai) e Corpus (Argentina e Paraguai). O tratamento deste tema iniciou-se em 1977 e finalizou com o Acordo Tripartite de 19 de outubro de 1979, que estabeleceu os limites de cotas aceitos pelo Brasil e pela Argentina, e deu por terminada a questão conflituosa mais importante entre os dois países em todo o século XX.

Por este motivo, o autor considera que o Acordo Tripartite de 1979 foi o verdadeiro “ponto de inflexão” nas relações entre Brasil e Argentina pois amoldou as relações bilaterais em tela e fez desaparecer as “nuvens negras” no horizonte deste relacionamento.

SEÇÃO II – AS CONTROVÉRSIAS ATUAIS

Vivemos hoje uma situação bem diferente daquela que, há 118 anos, levava o então Presidente argentino Julio A. Roca a considerar ser “inevitável” a guerra com o Brasil, uma “guerra fatal” a que ambos países estariam destinados por “contraposição de

¹² Logo após deu-se a proclamação da República, que foi reconhecida pela Argentina em 6 de dezembro, antecipando-se a todos os demais países, o que causou gratas demonstrações de apreço pelo novo governo brasileiro.

interesses” e “choque de civilizações”¹³.

Os problemas limítrofes entre os países do MERCOSUL e seus vizinhos estão resolvidos. No caso brasileiro, podemos aludir à saudosa professora Therezinha de Castro com sua máxima de considerar o Brasil “territorialmente satisfeito”.

Um ponto ainda sensível nesta “zona sul” do continente é a questão amortecida, mas não resolvida, sobre a soberania das ilhas Malvinas. A intenção argentina de reintegrar o arquipélago permanece nas mentes e ações das lideranças políticas do país vizinho. É um “conflito latente” que não pode ser esquecido na análise dos possíveis contenciosos regionais.

É interessante conjecturar-se a respeito daquele fatídico outono de 1982, imaginando, por exemplo, qual deveria ter sido a postura brasileira caso o Chile resolvesse “aproveitar a chance” para tentar resolver seus problemas fronteiriços com a Argentina. O Brasil permaneceria apenas com seu apoio diplomático à causa argentina? E olhando para o futuro: seria possível que um imaginável Tratado de Segurança Regional, no âmbito do MERCOSUL, levaria o Brasil a uma participação militar ao lado da Argentina para uma nova tentativa de retomada das ilhas?

Ampliando o enfoque para toda a América do Sul, cumpre-nos considerar os possíveis conflitos na região amazônica, ligados aos crimes transnacionais e suas conseqüências. Da mesma forma, as questões fronteiriças entre os demais países sul-americanos poderiam trazer conseqüências danosas à estabilidade regional.

Em que pesem as normas regidas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ainda existem situações conflitivas no que se refere ao uso militar do Mar Territorial e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). O conceito de “passagem inocente” é bastante discutível e, segundo a lei brasileira que não está amparada pelo

¹³ CERVO, Amado, RAPOPORT, Mario. op. cit. p.296.

Tratado, estaria sujeita a uma consulta prévia. Também é questionável o reconhecimento pelos países do Primeiro Mundo da ZEE brasileira em torno do arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Outra visão prospectiva no estudo sobre possíveis conflitos é a questão sobre a ocupação e o aproveitamento dos recursos antárticos. Existem três correntes: a dos “territorialistas”¹⁴, países que reivindicam setores próprios na Antártica, alguns dos quais sobrepostos; a dos “não-territorialistas”, aqueles que não reivindicam nem aceitam qualquer reivindicação territorial no continente antártico; e a dos “internacionalistas”, que desejam ver a Antártica alçada à condição de patrimônio comum da humanidade, sob a administração das Nações Unidas.

O Brasil integra o grupo dos “não-territorialistas”, defendendo o sistema do Tratado Antártico que, na sua última versão assinada em Madri em 1991, “congela” as atuais condições de não-exploração dos recursos naturais e de extra-territorialidade da Região Antártica até o ano de 2041¹⁵.

No campo externo, Brasil e Argentina apresentam algumas diferenças claras de interpretação. Uma delas é em relação às Nações Unidas. Quanto à discutida reforma do Conselho de Segurança, a candidatura brasileira a Membro Permanente foi rechaçada pela Argentina, que contra-propôs o rodízio da cadeira permanente que seria alocada à América Latina.

No que se refere às Operações de Paz, o Brasil resguarda suas atuações em operações que propiciem uma convergência maior com interesses brasileiros, enquanto a Argentina vem decidindo pela participação a partir de estimativas globais. Exemplo disso, foi a participação da Armada Argentina na Guerra do Golfo, com o envio de

¹⁴ Composta por Argentina, Chile, Noruega, França, Reino Unido, Nova Zelândia e Austrália.

¹⁵ “A Antártica”. Palestra da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada ao C-PEM/1998.

meios para as tarefas de bloqueio e interdição daquela via marítima ao esforço de guerra iraquiano.

A Argentina foi o único país latino-americano a intervir naquele conflito e, a juízo do autor, os gravíssimos atentados terroristas ocorridos na cidade de Buenos Aires nos anos de 1992, contra a Embaixada de Israel e de 1995, contra uma associação israelita, podem ter sido reações fundamentalistas àquela participação.

Ainda na operação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Kosovo, as posições brasileira e argentina foram divergentes, o que fez valer à Argentina a condição especial de “aliado extra-OTAN” dos EUA. O então Presidente argentino, Carlos Menem, chegou a sugerir a inclusão de seu país como membro daquela Organização, o que não foi aceito pelos seus componentes.

Finalmente, há que ser considerada a percepção brasileira do MERCOSUL como mecanismo fundamental para a ampliação de sua inserção internacional, enquanto a Argentina manteve, pelo menos até o final do governo Menem, os EUA como principal referência de seu comportamento externo no campo da política internacional, deixando o Brasil apenas como aliado comercial, e mostrou-se extremamente sensível a qualquer sinal de proeminência brasileira na região.

Quanto aos dois sócios menores do MERCOSUL, Uruguai e Paraguai, as controvérsias atuais dizem respeito aos aspectos econômicos de harmonização do bloco, principalmente no setor automotivo. Outras considerações sobre esses países são efetuadas na Seção a seguir.

SEÇÃO III – AS RELAÇÕES DE HOJE

As relações do Brasil com a Argentina ao longo de suas Histórias seguiram a característica da ambivalência, em que tendências para a cooperação ou para o conflito

se manifestavam conforme as articulações econômicas e políticas correntes de cada um dos países.

Na opinião do autor, desde 1980, o Brasil já não percebe mais a Argentina como a grande ameaça, e a região do Prata deixou de ser a principal preocupação de suas Forças Armadas. Como exemplo, unidades do Exército Brasileiro foram transferidas da Região Sul para a Região Amazônica.

No campo estratégico, uma importante área de cooperação diz respeito à política de não-proliferação de armas nucleares. Em 1985, os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín iniciaram a trajetória de aproximação com o estabelecimento de uma comissão conjunta de política nuclear para fins pacíficos.

Em 1991, foi criada a Agência Brasil-Argentina de Contabilidade e Controle dos materiais nucleares (ABACC) e assinado o Acordo Quadripartite entre esta, o Brasil, a Argentina e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)¹⁶.

Como foi visto, o cenário atual de cooperação no campo da política externa inclui áreas de entendimento e âmbitos de claras divergências, como as questões de caráter político-estratégico e o posicionamento distinto de ambos países frente aos EUA. As diferentes posições perante uma eventual intervenção na Colômbia com vistas a deter o avanço da guerrilha e a reivindicação argentina de incorporar-se à OTAN apontam para as divergências apresentadas.

As relações conflitivas entre o Brasil e a Argentina causavam situações difíceis de se entender no atual período de integração, como, por exemplo, o fato de que um desses países, o Brasil, dependente de petróleo, não se abastecia no país vizinho, auto-suficiente e plenamente capaz de exportar.

¹⁶ Em 1994, ambos os países ratificaram o Tratado de Tlatelolco e, entre 1995 e 1997, assinaram o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

Podemos constatar que as relações atuais dos dois principais sócios do MERCOSUL têm a necessidade de fortalecer as posições conjuntas no cenário internacional e de recuperar, definitivamente, a primazia do projeto político comum de longo prazo sobre os aspectos puramente comerciais e econômicos.

O Uruguai vem desenvolvendo, nos últimos anos, uma nova política externa, abandonando o tradicional movimento pendular de suas relações com o Brasil e a Argentina.

É importante considerar o Uruguai como grande aliado do Brasil, pois 30% da produção uruguaia é destinada a este país. Seu atual Presidente, Jorge Batlle, recém-assumido em março de 2000, pertence ao Partido Colorado historicamente alinhado ao Brasil, mas com perfeita consciência da situação de “algodão entre dois cristais” que seu país representa na região.

A relação do Paraguai com o Brasil, a partir da construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional, constitui uma nova fase e relegou ao total esquecimento possíveis ressentimentos oriundos da Guerra da Tríplice Aliança. Entretanto, a prática de contrabando de armas e de tráfico de drogas na fronteira comum é um problema grave na relação entre os dois países.

Existe também o potencial conflito entre paraguaios sem-terra e agricultores brasileiros em terras paraguaias - os “brasilguaiois”- na fronteira com o Paraná. Em julho de 1999, os sem-terra paraguaios invadiram estâncias dos brasilguaiois, sitiaram a cidade de San Alberto e seqüestraram sete fazendeiros, que mais tarde foram liberados.

Por outro lado, há aspectos bastante positivos ligados ao MERCOSUL que dizem respeito a projetos de interesse comum que trarão benefícios importantes para a integração da região. É o caso da Hidrovia Paraguai-Paraná destinada a ligar os 3.442Km de Cáceres, no Mato Grosso do Sul, a Nueva Palmira, no Uruguai. A hidrovia

que passa por cinco países pode ser, merecidamente, chamada de a “Hidrovia do MERCOSUL”¹⁷.

Finalmente, do ponto de vista estratégico, podemos considerar que o receio argentino de que o Brasil exerça a liderança do bloco pode levar aquele país a continuar sua busca de um contrapeso maior, no caso os EUA, o que poderia causar o recrudescimento das velhas desconfianças e o colapso do MERCOSUL. Parece essencial encontrar formas de resolver este “dilema chave” do Mercado Comum e garantir que as palavras do Presidente Roca, de que a confrontação entre o Brasil e a Argentina seria inevitável, não sejam expressão da verdade e que o eixo brasileiro-argentino possa ter um papel tão expressivo para a paz e prosperidade de toda a América do Sul quanto o eixo teuto-francês teve para a UE.

¹⁷ A rodovia BR-101, no trecho que liga São Paulo ao sul do País, já é conhecida como a “rodovia do MERCOSUL”.

CAPÍTULO 3

A NOVA ORDEM MUNDIAL

SEÇÃO I – OS INTERESSES NACIONAIS

Dentro da nova ordem mundial, a concepção tradicional que considerava como únicos atores os Estados-Nação foi ampliada com a incorporação de forças econômicas, forças transnacionais, organismos internacionais e não-governamentais. Os Interesses e Objetivos Nacionais são muitas vezes constrictados por Interesses considerados globais.

Mas mesmo dentro dessa visão global, o Brasil e os demais países membros do MERCOSUL mantêm os seus Objetivos Nacionais próprios, dentro dos quais se destacam, como na grande maioria das Nações, a preservação da democracia, o crescimento econômico e o bem-estar social de seus povos.

O artigo terceiro da Constituição Federal (CF/88) define os Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

No campo da defesa, a Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996 fixa os objetivos para a defesa da Nação e fundamenta-se na busca da solução pacífica de controvérsias e do fortalecimento da paz e da segurança internacionais. Rejeita terminantemente a “guerra de conquistas” e determina a tomada de uma postura

estratégica dissuasória de caráter defensivo, sem que isto impeça ações ofensivas, caso necessárias¹⁸.

Dentre suas diretrizes, ressaltam-se as perfeitamente enquadradas no “espírito do MERCOSUL”: contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional; atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul; e intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas.

A estratégica região do Atlântico Sul comporta Interesses Nacionais brasileiros e dos demais sócios do bloco. São os Interesses relativos ao transporte marítimo, à exploração dos recursos naturais do mar e à segurança da região, com especial destaque para a “Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul” (ZPCAS).

No caso brasileiro, o transporte marítimo responde por 95% do comércio exterior, envolvendo valores anuais da ordem de US\$70,8 bilhões em exportações e importações.

A exploração dos recursos do mar, no caso específico do petróleo, reveste-se de fundamental importância para o Brasil em virtude de que 70% da produção petrolífera nacional são provenientes das bacias “off shore”. No caso da pesca, o potencial piscoso da ZEE brasileira é seguramente o dobro da produção atual, o que atrai a presença indevida de barcos pesqueiros de outras nacionalidades à região.

Os Interesses da segurança dizem respeito à garantia do tráfego marítimo, à manutenção da estabilidade e da paz entre as nações banhadas pelo Atlântico Sul e à ocupação de novos espaços ampliando a capacidade de operar, como no caso do acordo com a Namíbia na costa ocidental sul-africana.

¹⁸ BRASIL. Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZPCAS) foi declarada através da Resolução 41/11 das Nações Unidas de 27 de outubro de 1986¹⁹. Embora essa declaração tenha sido feita numa época em que o mundo vivia seus últimos anos bipolarizado pela Guerra Fria, a ZPCAS continua a ter interesse para o Brasil e os demais países do Atlântico austral.

As relações entre países são baseadas, principalmente, nos seus respectivos Interesses Nacionais. Quando esses Interesses são convergentes ou, pelo menos compatíveis, como são os atuais dos países integrantes do MERCOSUL, suas relações são amistosas e cooperativas. Quando, porém, os Interesses tornam-se incompatíveis, como no caso da soberania das ilhas Malvinas, as relações são naturalmente conflitivas. Na solução desses problemas, o Poder Nacional dos países envolvidos tem um peso fundamental, sendo a expressão militar deste Poder muitas vezes decisiva, mesmo quando não se evolui para o conflito armado.

SEÇÃO II- AS INFLUÊNCIAS EXTERNAS

A queda do Muro de Berlim e a implosão da ex-União Soviética provocaram profundas modificações no cenário mundial e no ambiente da segurança internacional. Vivemos a difícil transição para uma “nova ordem mundial”, segundo a expressão do ex-Presidente norte-americano George Bush após a vitória das forças de coalizão na Guerra do Golfo Pérsico.

A nova ordem mundial carrega consigo o conceito de “globalização” econômica, política e social, que caracteriza o início do século XXI pelas seguintes tendências: integração econômica global; formação de blocos regionais; desenvolvimento tecnológico acelerado; maior influência dos organismos

¹⁹ “Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul”. Fernando A. Albuquerque Mourão. Revista de Política e Estratégia. jan-mar/1998.

internacionais e não-governamentais; e primazia dos interesses mundiais sobre os nacionais.

As amplas disparidades econômicas entre países, os desafios do meio ambiente a essa perspectiva de mundo global e a questão dos direitos humanos em oposição ao direito dos Estados, evidenciam áreas de conflito no sistema internacional contemporâneo. Segundo Seyom Brown, alguns dos interesses mundiais de mais alto valor seriam a sobrevivência da espécie humana, a redução das mortes e de tratamentos violentos contra seres humanos, condições básicas de subsistência para todos os povos do mundo, a proteção dos direitos individuais do cidadão, a preservação da diversidade cultural e a proteção do meio ambiente²⁰.

Por outro lado, a OTAN, em seu novo Conceito Estratégico de abril de 1999, identifica oito “riscos” fundamentais, que são: as crises regionais; as ameaças nucleares; a proliferação das armas de destruição em massa; as tecnologias consideradas sensíveis; os crimes transnacionais; o terrorismo; a interrupção do fluxo de recursos vitais; e os deslocamentos populacionais²¹.

Dentro do “diálogo norte-sul” entre os países mais desenvolvidos e os em desenvolvimento, entre os quais se encontram os componentes do MERCOSUL, existem potenciais focos de conflito nas soluções unilaterais dos países do Primeiro Mundo sobre temas considerados globais.

Outra questão de suma importância, é a inequívoca pressão dos EUA para que as Forças Armadas regionais se dediquem a ações de polícia e à luta direta contra o narcotráfico, sob as denominações de “Gendarmerias” ou Guardas Nacionais.

²⁰ ARAÚJO, Braz de. A Paz não está assegurada no “Planeta Azul”. Jornal da Tarde. São Paulo, 5 fev. 2000. Cad. de Sábado, pág. 2.

²¹ Palestra do VAlte (RRm) Fernando M. F. Diégues ao C-PEM em 13 de junho de 2000.

No campo econômico, são constantes as acusações norte-americanas de que a ALCA não deverá ser criada até a data estabelecida (2005), porque o Brasil não estaria se esforçando como deveria. O Chanceler Luiz Felipe Lampreia argumenta que o processo para a criação da ALCA deverá ser demorado, como tem sido, porque o Brasil e os demais membros do bloco regional querem estar seguros das vantagens econômicas comuns a serem auferidas pela iniciativa²².

Também no campo político, foi sentida a pressão dos EUA na recente eleição presidencial peruana. A intenção do governo americano era, com o apoio da América Latina, isolar o Peru politicamente, em represália às irregularidades apontadas por uma missão de observação da Organização dos Estados Americanos (OEA) no processo eleitoral. A maioria dos países representados na entidade criticou o Presidente peruano Alberto Fujimori, mas rejeitou a aplicação de sanções²³.

Quanto às influências das Organizações Não-Governamentais (ONG), merecem destaque, como exemplos, a Anistia Internacional e o Greenpeace. A Anistia Internacional, com o apoio velado das nações do Primeiro Mundo, apresenta relatórios em foros internacionais denunciando desrespeitos aos direitos humanos praticados por polícias estaduais e outras autoridades brasileiras. Navios do Greenpeace realizam viagens à Amazônia com ampla cobertura dos principais meios de comunicação nacionais. Nessas viagens, os navios daquela ONG realizam “inspeções” para verificação da preservação da fauna e flora amazônicas. Em meados de 1998, um navio do Greenpeace conseguiu chamar a atenção da mídia para um exercício de apoio de fogo naval que seria realizado na Raia de Alcatrazes. Vários ativistas colocaram-se

²² RELNET- Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais. Resenha Econômica. Arquivo obtido no endereço <http://www.relnet.com.br> no dia 9 de junho de 2000.

²³ *ibid.*

próximos aos alvos, o que levou a Marinha a cancelar o exercício, visando evitar maiores problemas e tirar as “câmeras do Jornal Nacional” da área.

O Brasil sofreu outras pressões dos governos dos EUA e da França, quando da opção pela empresa que forneceria os equipamentos necessários para a implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), o que demonstra a influência inquestionável dos interesses comerciais sobre a política externa.

Os reclamos dos países desenvolvidos para a imposição na Organização Mundial do Comércio (OMC) de cláusulas de proteção aos menores custos de produção praticados pelos países mais atrasados, em face de sua mão-de-obra mais barata, são outras formas de pressões com o intuito de obter-se condições mais vantajosas na acirrada disputa pelos mercados internacionais.

Vemos assim que as influências externas atuando sobre os propósitos da conquista e manutenção dos Interesses Nacionais e dos demais sócios do MERCOSUL são de toda ordem e exercidas pelos mais diversos atores. A complexa rede de problemas atuais, reflexo direto dos desafios da globalização de um mundo com grandes assimetrias econômicas, impõe a necessidade de Estados competentes, suficientemente fortes para desenvolverem políticas e programas econômicos coerentes que promovam o bem-estar social de suas populações e contribuam para a estabilidade mundial e regional.

SEÇÃO III- AS INFLUÊNCIAS INTERNAS SOBRE AS FORÇAS ARMADAS

A partir de meados da década de 1980, uma onda de democratização na região gerou a renovação das práticas políticas e de segurança dentro dos países do MERCOSUL. O ressurgimento de contextos democráticos restringiu o peso político dos

militares, e as restrições econômicas causaram significativas reduções orçamentárias para a defesa dos Estados.

Neste quadro, chegou-se ao fim da década com a repetição sucessiva de fracassos nos planos econômicos, particularmente nos casos brasileiro e argentino. As profundidades dessas crises econômicas, aliadas ao clima de distensão e cooperação regional, colocaram os imperativos econômicos no centro das atividades dos governos, com conseqüentes reflexos nos orçamentos e preparação de suas Forças Armadas (FFAA).

Mas houve particularidades em cada caso. No Brasil e no Uruguai, os poderes legislativos foram atores protagonistas nos processos de reformas econômicas, provocando uma gradual dinâmica de mudanças. Tal não se deu na Argentina, onde um amplo pacote de reformas foi implantado devido ao poder político predominante do governo de Carlos Menem e ao clima interno gerado por um cenário urgente de quebra institucional.

O caso do Paraguai é ainda mais complexo. Após trinta e cinco anos, o governo autoritário de Alfredo Stroessner chegava ao fim em 3 de fevereiro de 1989, vivendo uma grave crise política, social e econômica, agravada por um crescente isolamento político internacional. A sociedade paraguaia sentia o impacto das mudanças que estavam sendo produzidas a seu redor, o que reforçou a sua vocação pacífica rumo à democracia²⁴.

Após o assassinato do Vice-Presidente Luis Maria Argaña em março de 1999, a crise política se instalou com maior profundidade. O atual Presidente Luis González Macchi foi derrotado em seu projeto de reestruturação de suas FFAA. Os militares,

²⁴ Mas, já em 1996, o General Lino Oviedo decidia liberar um golpe contra o então Presidente Juan Carlos Wasmosy.

entretanto, permanecem adotando o mesmo posicionamento da crise de 1999, parecendo manterem-se afastados das disputas políticas em andamento.

O futuro do país mais instável do MERCOSUL continua incerto. A possibilidade de novas tentativas de golpe de estado permanece presente, em que pesem os posicionamentos contrários dos países do MERCOSUL e dos próprios EUA, que mantêm uma grande aproximação com esse país, inclusive no campo militar.

O Uruguai vive recentemente uma crise advinda dos ecos do seu passado. Em meados de abril deste ano, o Presidente Jorge Batlle destituiu o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, General Manuel Fernández, por este haver declarado que “cedo ou tarde, os militares terão de voltar a combater a esquerda”. Dias depois, o Comandante do Exército, General Juan Geymonat, informou a seus subordinados que as Forças Armadas não pediriam perdão pelos atos cometidos durante o regime militar, que estendeu-se de 1973 a 1985²⁵.

A Argentina também vive iniciativas de “exorcizar os fantasmas do passado”, com acusações a ex-chefes militares que teriam participado das fortes repressões à oposição do regime militar instalado naquele país de 1976 a 1982. Entretanto, as principais dificuldades internas argentinas são as concernentes ao setor econômico. Recentemente, o Presidente Fernando De la Rúa implementou uma forte reforma fiscal, com a redução dos salários da administração federal, inclusive dos militares, o que poderá agravar ainda mais a atual situação social existente no país²⁶.

Dentro desse quadro de extrema dificuldade, as FFAA argentinas estão sendo reestruturadas em decorrência dos sucessivos cortes orçamentários, o que afeta

²⁵ LAMEIRINHAS, Roberto. Uruguai: passado é fantasma que assusta. *O Estado de São Paulo*. 30 abr. de 2000. Cad. A., p.17.

²⁶No primeiro semestre de 2000 ocorreram diversos distúrbios nas Províncias mais pobres da Argentina, causados por protestos das classes mais sacrificadas.

diretamente a operacionalidade de seus meios, os seus efetivos e a preparação de seus quadros. Outro fator a ser considerado é que já não existe mais o serviço militar obrigatório, o que exige, principalmente do Exército Argentino, maiores gastos com a formação e o preparo de seu pessoal.

No Brasil, com os militares decididamente afastados da vida política, existem também graves problemas sociais e econômicos, o que traz reflexos a toda sociedade brasileira e, como não poderia deixar de ser, conseqüências danosas à manutenção e preparação de suas FFAA.

Outro ponto de especial destaque foi a criação do Ministério da Defesa e a extinção dos ministérios militares, efetuada em junho de 1999. A par dos motivos relevantes da criação do novo Ministério, como a possibilidade de maior integração das FFAA e da racionalização de recursos, não resta dúvida, no seio da sociedade, que este ato governamental atendeu a um grande anseio de parte considerável da classe política: a subordinação e o controle dos militares pelo poder dirigente civil.

Finalmente, há que ser considerado aquilo que normalmente é veiculado como “um novo papel” para as FFAA. Segmentos da sociedade brasileira, incluídos eminentes personagens da República, consideram absolutamente “irreais” as hipóteses de emprego atualmente vislumbradas para essas Forças. E não faltam sugestões para que assumam a repressão à violência urbana e ao crime organizado, o controle da preservação ambiental e diversas tarefas normalmente atribuídas às forças policiais e a outros órgãos da administração pública. Estas atribuições estão totalmente desamparadas da destinação constitucional das FFAA²⁷, com o comprometimento do seu preparo para a guerra, podendo levá-las a intervir indevidamente no processo político nacional.

²⁷ Artigo 142 da Constituição Federal (CF/88).

Pelo que foi demonstrado até aqui, pode-se afirmar que os “ecos” da nova ordem mundial são sentidos internamente no âmbito dos países do MERCOSUL, pelas influências diretas de seus poderes político e econômico sobre as Forças Armadas. A procura de “novos papéis” para essas Forças e os constantes e crescentes cortes orçamentários, baseados numa possível inexistência de ameaças externas neste mundo globalizado, são sinais inequívocos desta assertiva.

CAPÍTULO 4

O PODER MILITAR

SEÇÃO I- A SITUAÇÃO ATUAL DAS FORÇAS ARMADAS

Os países do MERCOSUL apresentam um quadro de relativa simetria do ponto de vista militar: baixos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) alocados à defesa; e a participação de suas FFAA no processo de integração em andamento, cujo progresso tem reduzido a níveis mínimos a possibilidade de guerra na outrora “zona de fricção do Prata”²⁸.

Essas circunstâncias regionais propiciam o desenvolvimento de uma fórmula que concilie o tradicional preceito de dissuasão com o da cooperação. Não se trata de propor, pura e simplesmente, a criação de um sistema de segurança coletiva, nem de elaborar doutrinas militares comuns. O ideal seria tornar viável uma concepção de defesa livre de matrizes exógenas que atenda aos interesses dos países do MERCOSUL.

Ao analisarmos o balanço de poder regional em qualquer dos periódicos especializados, verificamos que a principal característica de seus poderes militares é o baixo nível tecnológico, o que contribui, no presente, para proporcionar um razoável equilíbrio entre os dois principais parceiros do MERCOSUL. As forças terrestres desses países utilizam boa parte de seu equipamento, incluindo carros de combate, veículos blindados sobre rodas e peças de artilharia, remanescente da década de 1950.

O Exército Brasileiro (EB), consciente das suas limitações orçamentárias e da impossibilidade de expandir seus quadros, procura manter seu efetivo de 200.000 homens, dos quais 60.000 recrutas do Serviço Militar Obrigatório, em condições

²⁸ Expressão adotada pela Prof. Therezinha de Castro em seu artigo “América do Sul: Vocação Geopolítica”. Revista da Escola Superior de Guerra. set/1977.

mínimas para o combate. Além da busca da substituição de seu equipamento, o EB procura implantar “ilhas de excelência” com unidades adestradas e equipadas, de maneira a comporem uma “Força de Ação Rápida” para atuar em qualquer parte do País em menos de 24 horas e uma “Força de Paz” a serviço da ONU, quando do interesse brasileiro, dentro do prazo adequado à situação.

Dentro do programa de reaparelhamento do EB, cumpre destacar a recente aquisição dos EUA e da Bélgica dos carros de combate M-60 A3 e Leopard 1²⁹. Quanto à reordenação das forças terrestres brasileiras, verifica-se a mudança do enfoque maior do Prata para a Amazônia, embora com preocupações ainda acentuadas para a segurança interna, responsáveis pela tentativa de “ocupação” de todo o território nacional com unidades militares.

O “Ejército Argentino” (EA) também passa por um processo de reordenamento de suas forças terrestres, devido às conhecidas dificuldades orçamentárias e ao relaxamento das questões de fronteira argentinas. O EA também vive um momento de maior aproximação ao exército norte-americano, inclusive com recentes exercícios conjuntos em regiões da Província de “Misiones”. Ainda em relação ao EA, a transformação, já mencionada neste trabalho, do serviço militar obrigatório em voluntário, por força de lei, é mais uma variável importante na reorganização de seus efetivos, hoje na faixa de 47000 homens.

A Força Aérea Brasileira (FAB) transfere suas atribuições relativas à infraestrutura aeronáutica brasileira e à aviação civil ao Ministério da Defesa, com a expectativa de que tais ações permitam a recuperação da capacidade de combate da Força. Outro projeto de amplo alcance envolvendo a FAB trata-se do Sistema da Vigilância da Amazônia (SIVAM), o que exige a alocação de grandes recursos.

²⁹ “Balanço Estratégico na América do Sul e o papel do Brasil”. José Luiz Machado Costa. Revista de Política Exterior. mar/1999.

No campo tecnológico, a FAB desenvolveu, através da Empresa Brasileira de Indústria Aeronáutica (EMBRAER), o programa do avião tático AMX com a Itália, com resultados considerados aquém das expectativas. Encontra-se em desenvolvimento o projeto do avião ALX, o “Super Tucano”, destinado a operar em baixas altitudes e realizar missões noturnas para a vigilância das fronteiras amazônicas. Existe a produção de aeronave de alarme aéreo antecipado (AEW) pela mesma empresa.

Apesar das dificuldades, inclusive da política norte-americana de evitar a transferência de tecnologias sensíveis, prosseguem em marcha reduzida o programa do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e as atividades aeroespaciais do Centro de Lançamento em Alcântara, no Maranhão.

Dentro deste quadro, a FAB procura a modernização ou a substituição das atuais aeronaves de interceptação e ataque oriundas da década de 1970. Persiste a necessidade do programa de revitalização das aeronaves F-5 e da procura do substituto ideal das aeronaves “Mirage”. Da mesma forma, existem estudos para a aquisição de aeronaves de patrulha marítima P-3 norte-americanas, visando a substituição das antigas aeronaves P-95 .

Como conseqüência dessas dificuldades, o maior problema vivido pela FAB tem sido o operacional. O orçamento da Aeronáutica prevê a alocação de 60.000 horas de vôo para o presente exercício financeiro. Retirando-se deste total as horas necessárias para a formação de novos pilotos e para o treinamento tático, sobram 5.000 horas para a defesa aérea do País e para o apoio ao Exército e à Marinha³⁰.

Já a “Fuerza Aerea Argentina”(FAA) modernizou recentemente suas aeronaves A-4AR “Skyhawk” e também passa por um processo de reestruturação, como as demais FFAA argentinas.

³⁰ PEREIRA, Antonio C. Réquiem para a Força Aérea. O Estado de São Paulo. São Paulo, 30 mai. 2000. Cad.1, p.2.

Chegamos, finalmente, à análise dos atuais Poderes Navais brasileiro e argentino. A Marinha do Brasil (MB), naturalmente, não poderia deixar de ser afetada pelas restrições de orçamento impostas pela conjuntura nacional vigente. Seus reflexos são sentidos no adestramento, nas condições do material e no próprio Programa de Reparcelamento da Marinha (PRM). Entretanto, é digno de nota o benefício que a Sistemática do Plano Diretor (SPD) outorga à MB, principalmente para fazer frente à difícil situação orçamentária atual.

Para o atendimento do PRM, atrasos justificáveis estão sendo sentidos na construção de novos meios, como a Corveta “Barroso” e o Submarino “Tikuna”. Da mesma forma, prossegue o Programa Nuclear que possibilitará a construção do primeiro submarino nuclear no hemisfério sul.

Estão sendo estudadas as aquisições de novos meios, como um Navio de Contramedidas de Minagem, Navios-Transporte, Navios de Patrulha Oceânica, diversos tipos de helicópteros e meios de combate para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). O Programa de Modernização das Fragatas classe “Niterói” segue dentro do cronograma previsto.

Com a aquisição, em 1998, de 23 aeronaves de ataque A-4 “Skyhawk”, tornou-se necessária a adaptação do NaeL “Minas Gerais” para a operação destas aeronaves. Embora esta adaptação esteja quase completada, já são realizados estudos visando a sua substituição. A França ofereceu ao Brasil a compra de seu Porta-Aviões “Foch”, que será brevemente substituído pelo novo Porta-Aviões “Charles de Gaulle”, o que está sendo ponderado pela Alta Administração Naval.

A “Armada Argentina” (A.R.A.) já foi considerada uma das mais equipadas da América Latina, entretanto, a crise financeira e as difíceis relações entre os civis e os

militares argentinos nas últimas décadas, trouxeram conseqüências negativas à operacionalidade de seus meios e à qualificação de seus efetivos.

Dentro do seu programa de reaparelhamento, o “Destructor” A.R.A. “Hércules” encontra-se desde outubro de 1999 no estaleiro ASMAR, no Chile, para a realização de modernização. Duas Corvetas classe MEKO 140 encontram-se em construção na Argentina, com a previsão de incorporação da primeira delas ainda este ano e a segunda em março de 2002. Também um de seus submarinos classe TR1700, o Submarino A.R.A. “Santa Cruz”, encontra-se efetuando manutenções de “meia-vida” no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ). A incorporação recente do Navio Logístico A.R.A. “Patagônia”, de 17800 ton, veio suprir a deficiência da A.R.A. nesse aspecto.

Quanto à sua Aviação Naval, está sendo executada a revitalização de quatro aeronaves “Tracker” S-2T e foram incorporadas recentemente 7 aeronaves “King Air” que passaram a operar da Base Aeronaval “Almirante Izar”, localizada no sudeste do país.

Do balanço de seus meios, permite-se concluir que a A.R.A. permanece, em que pesem suas atuais restrições “presupuestales”, com boa capacidade de ataque representada por suas unidades de superfície dotadas de mísseis superfície-superfície e por suas aeronaves de ataque dotadas de mísseis ar-superfície. A retirada de serviço do Porta-Aviões “25 de Mayo” foi bastante sentida pelas autoridades navais argentinas, mas não se vislumbra, dentro do quadro atual, qualquer perspectiva de aquisição ou construção de um novo Porta-Aviões.

Comparativamente aos países de pequena expressão territorial da América do Sul, o Uruguai dispõe de uma capacidade militar razoavelmente significativa. Seu percentual do PIB gasto com a defesa é igual ao do Brasil e maior do que os da Argentina e do Paraguai. Isto talvez possa ser explicado por uma participação uruguaia

bastante freqüente nas Operações de Paz da ONU. Assim como na Argentina, o serviço militar uruguaio hoje é de caráter voluntário.

O Uruguai possui também uma Prefeitura Naval que, diferentemente da Argentina, é diretamente subordinada à Armada do Uruguai (AROU), constituindo assim, um dos seus quatro grandes Comandos. Devido à característica geográfica do país, é observada uma grande atenção à Guerra de Minas. A AROU possui quatro Navios-Varredores classe “Kondor II” adquiridos à Alemanha em 1990.

O Paraguai possui uma tradição militar que constitui fator de importância para a adequação de suas FFAA às atuais limitações impostas pela grave situação econômica, política e social do país. Apesar de não poder ser considerada força de primeira linha na situação atual, as FFAA do Paraguai têm procurado manter intercâmbios com países militarmente mais avançados, entre esses o próprio Brasil e os EUA. Por ser um país mediterrâneo, sua Armada conta com menos prioridade que os demais segmentos do seu Poder Militar.

Verificamos que o percentual do PIB gasto com a defesa³¹ no caso do Brasil e do Uruguai é de 2,3%, enquanto o da Argentina é de 1,7% e o do Paraguai é de 1,5%. Todos absolutamente dentro da média dos países da América Latina que é de 2,4%. Não são esperados aumentos significativos nesses índices, em face das correntes dificuldades nos campos econômico e social dos países da região.

Dentro desta ampla panorâmica, as FFAA dos países do MERCOSUL continuam com suas missões básicas de defesa da Pátria, da manutenção da soberania e da integridade nacional. Suas conformações atuais procuram a composição de forças militares de natureza convencional com maior grau de densidade tecnológica. Procuram, também, o atendimento dos aspectos qualitativos na reestruturação de seus efetivos, a

³¹ Dados do “Stockholm International Peace Research” relativos ao balanço militar de 1998/1999 dos países da América do Sul.

consciência da necessidade de sistemas versáteis de C4I³² e de Guerra Eletrônica e a manutenção dos compromissos internacionais em vigor em cada país.

SEÇÃO II- O RELACIONAMENTO MILITAR

O atual clima de integração nos campos político e econômico não poderia deixar de influenciar o campo militar. No caso das Marinhas, o processo de cooperação teve início antes mesmo da “Declaração de Iguazu”(1985), como será mostrado adiante.

Além dos intercâmbios de pessoal e das visitas de autoridades militares, o EB junto aos Exércitos da Argentina, Paraguai e Uruguai, realizou a Operação “Cruzeiro do Sul” em setembro de 1999 em Rosário do Sul, RS. O exercício teve o propósito de adestrar as unidades participantes para a execução de operações de manutenção da paz e de reafirmar os laços de amizade que unem as nações vizinhas.

Também a FAB, além de suas efetivas participações nas Operações “UNITAS”, das quais participam as Armadas da Argentina e do Uruguai entre outras, mantém um exercício regular com a Força Aérea Argentina, denominado “Tanba”, na área fronteira entre os dois países. Foram estudados projetos comuns na área de indústria aeronáutica e são freqüentes os intercâmbios de pessoal e as reuniões de Estados-Maiores.

Mas é no âmbito das Marinhas, até pela característica única das forças navais de “mostrar a bandeira” em tempos de paz, que se dá a maior aproximação entre esses países. A Política Básica da Marinha (PBM)³³ contém como um dos Objetivos principais da Marinha do Brasil a “cooperação e desenvolvimento conjunto com as

³² Sistemas de Comando, Controle, Comunicações, Computação e Informações.

³³ Fundamentada na Política de Defesa Nacional (PDN) e no Plano Estratégico da marinha (PEM).

demais Marinhas das nações amigas, em especial com as dos países americanos e da África Ocidental”.

Nas relações entre a MB e a ARA, destaca-se a Operação FRATERNO, que vem sendo executada desde 1980, um ano em cada país. Aqueles que têm a oportunidade de realizar esta operação, comprovam os ensinamentos e a motivação que ela traz aos marinheiros brasileiros e argentinos. O autor gostaria de ressaltar a Operação FRATERNO de 1982, um ano extremamente difícil para os argentinos, mas que fizeram absoluta questão de manter a operação, poucos meses após a Guerra das Malvinas, como prova inequívoca do valor que atribuem a este “Operativo”. São conduzidos, normalmente, exercícios de guerra de superfície, anti-submarino, antiaérea e de guerra eletrônica.

Desde 1992, a Operação ARAEX permite a realização de operações aéreas do NaeL “Minas Gerais” com aeronaves argentinas. Neste aspecto da Aviação Naval, faz-se necessário destacar a contribuição da ARA para a formação dos pilotos navais brasileiros para a operação das aeronaves AF-1, como, também, o intercâmbio de pilotos e mantenedores de helicópteros entre as Marinhas.

Outra operação importante para o atendimento do Objetivo principal da PBM apresentado acima, é a Operação ATLASUL, com a participação das Marinhas do Brasil, África do Sul, Argentina e Uruguai. São verificados os procedimentos de apoio logístico móvel e incrementado o adestramento das unidades navais e aeronavais participantes.

Além da Operação UNITAS, que é coordenada pela Marinha norte-americana há 40 anos e da qual participam, anualmente, as Marinhas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, merecem citação as várias operações realizadas pela MB e pela Armada uruguaia para a execução de exercícios de socorro e salvamento e de guerra de minas e,

ainda, a Operação NINFA realizada pela MB e a Marinha do Paraguai com exercícios de operações ribeirinhas.

Os intercâmbios de pessoal entre as Marinhas do MERCOSUL é cada vez mais intensificado através de Acordos entre os Estados-Maiores, com o atendimento aos mais diversos cursos, embarques em unidades navais e formação de pilotos, como vimos anteriormente. No intercâmbio tecnológico, foi desenvolvido um sistema de dados táticos que é utilizado entre os navios brasileiros e argentinos em suas operações conjuntas.

Finalmente, como característica do correto entendimento entre a MB e a ARA, é digno de registro o citado Período de Manutenção Geral (PMG) que o Submarino A.R.A. "Santa Cruz" está realizando no AMRJ. Da mesma forma, a revisão das turbinas "Tyne" das Fragatas classe "Greenhalgh" nas oficinas do Arsenal Aeronaval "Comandante Espora" na Argentina, também em andamento, comprova o atual estágio de cooperação das Marinhas dos principais parceiros do MERCOSUL.

Uma maior integração tanto entre as Forças Armadas dos países do MERCOSUL, quanto industrial-militar entre empresas do setor, de pesquisa e desenvolvimento e de padronização de equipamentos militares está condicionada à resolução dos problemas econômicos e, eventualmente, políticos da região e à consolidação do processo de integração econômica em curso.

SEÇÃO III- OS POSSÍVEIS CENÁRIOS E AS FORMAS DE ATUAÇÃO

A estabilidade de uma integração no nível político mais amplo, como pretende ser o MERCOSUL, requer a conformação de diversas uniões, tanto no âmbito econômico como no campo militar, o que dá sustentação ao jogo político das nações envolvidas. Deixando o aprofundamento da questão econômica para seus especialistas,

cabe, dentro do escopo deste trabalho, perguntar de que maneira deve o Poder Militar participar do projeto político proposto.

Após a “falência” do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), os EUA buscam novos mecanismos de controle que substituam os antigos sistemas de segurança hemisférica vigentes durante a Guerra Fria. Entretanto, parece pouco provável que fosse bem-sucedida uma comunidade de defesa que envolvesse os próprios EUA e os países latino-americanos. A disparidade de forças é tão acentuada, além das diferentes realidades políticas, econômico-sociais e culturais das três Américas, que se torna difícil imaginar uma visão única de segurança dentro de um novo cenário mundial, no qual inexistente a antiga ameaça externa comum. Assim, os EUA desejam apenas manter algum controle para evitar instabilidades na América do Sul, área a que atribuem uma baixa prioridade estratégica.

Neste cenário “pós-Guerra Fria”, são visualizadas três formas distintas de atuação dos âmbitos militares no processo de integração regional em curso: o estabelecimento de um Sistema de Segurança Coletiva; o fortalecimento das Medidas de Confiança Mútua (MCM); e a participação conjunta em Operações de Paz.

Em relação às políticas de segurança, a Argentina tem demonstrado sua concordância à concepção norte-americana de “Segurança Cooperativa”, enquanto o Brasil não comparte da política de segurança hemisférica pretendida por Washington e considera os fundamentos da segurança cooperativa como intervencionistas.

Por essa concepção, os EUA buscam ajustar a segurança hemisférica aos moldes dos controles multilaterais, com uma possível subordinação hemisférica à Organização dos Estados Americanos (OEA), querendo transformar a Junta Interamericana de Defesa (JID) no braço armado dessa organização.

Paralelo a este tema, destaca-se o aparecimento de propostas, por parte de autoridades argentinas, para a criação de novos mecanismos de coordenação da segurança regional e de integração das FFAA. O próprio Presidente De la Rúa, durante recente Reunião dos Ministros da Defesa, sugeriu a criação de forças militares conjuntas entre os dois países, seguindo o modelo das brigadas franco-alemãs na União Européia³⁴.

A posição brasileira é de considerar prematuras as propostas nesta direção. A comparação do MERCOSUL com a União Européia neste campo da segurança apresenta sensíveis diferenças, sendo a principal delas o fato de que a integração regional européia ocorreu sob a ameaça de um inimigo externo comum, o que não ocorre na integração do Cone Sul.

Assim, o estabelecimento de um tratado de defesa não parece ser apropriado, pois a sua efetividade dependeria da existência de grandes ameaças externas e da plena convicção de que a aliança militar contribuiria definitivamente para a supressão dessas ameaças, como ocorrido durante o processo de criação da OTAN. Para resolver as pequenas desavenças locais, o sucesso da integração econômica é mais eficiente do que os princípios defendidos pelos conceitos de segurança coletiva ou cooperativa. Cabe uma última pergunta: no caso de um grave problema, envolvendo uma grande potência, de que valeria uma aliança regional sem o apoio dos EUA? A análise do conflito das Malvinas talvez traga a resposta.

Passemos ao tema das Medidas de Confiança Mútua. O desenvolvimento das MCM abrange uma variedade de ações de caráter político, diplomático e militar, cujo propósito é o de diminuir as possibilidades de escalada dos conflitos entre Estados. As MCM no âmbito militar adquirem um maior significado devido à influência direta nos

³⁴ PALÁCIOS, Ariel. Ministros defendem operação conjunta. O Estado de São Paulo. São Paulo, 26 abr. 2000. cad. 1, p.4.

poderes militares das nações envolvidas. Dentre elas, podemos destacar os acordos de não-produção de certos tipos de armamento, os equilíbrios regionais de força, a transparência nas informações sobre seus poderes militares e os intercâmbios de pessoal.

A JID tem elaborado inventários sobre as MCM que vêm sendo adotadas pelas FFAA do hemisfério abrangendo, entre outras, as seguintes áreas de cooperação: exercícios navais combinados, intercâmbio de pessoal em unidades militares e navais, troca de informações sobre manobras militares, cursos e visitas de diversos níveis, exercícios de transporte aéreo, estabelecimento de canais de comunicações e realização de eventos sobre atividades militares³⁵.

O Brasil e a Argentina, em relação a um dos principais campos estratégicos, o nuclear, já executam MCM através dos acordos bilaterais da ABACC e do Acordo Quadripartite dos dois países com a própria ABACC e a AIEA. A Argentina adotou uma importante MCM unilateral ao abandonar o seu projeto de mísseis, o Projeto Condor.

Outra área que permite a adoção significativa de MCM é a industrial militar. Estas se dariam através de diversas formas de informações, licenças para a produção, acordos de cooperação técnica, entre outras. Havendo a complementação industrial militar, além da economia de escala que pode ser gerada, existe também a vantagem estratégica da interdependência de seus programas de armamento. Cabe aqui uma menção ao já comentado programa de manutenção de um submarino argentino no AMRJ e à inspeção de turbinas navais brasileiras em instalações da A.R.A.

Como vemos, a cooperação militar entre o Brasil e a Argentina atende integralmente aos princípios das MCM, contribuindo decisivamente para afastarem-se

³⁵ JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA. Medidas de fomento da Confiança Mútua e Segurança de Caráter Militar. Washington : Estado-Maior da JID, nov. 1998.

as hipóteses de conflito na região, para o desenvolvimento de conceitos comuns na área militar e para a identificação de novos interesses a serem compartilhados.

Chegamos finalmente ao tema da atuação conjunta em “Operações de Paz”. Os processos decisórios brasileiro e argentino divergem quanto às respectivas participações nestas operações. Um princípio básico a ser atendido, no caso brasileiro, é o tipo de operação a ser realizada, se de manutenção da paz (“peace-keeping”) ou de imposição da paz (“peace-enforcement”). O Brasil, neste período pós-Guerra Fria, só tem participado de operações de manutenção da paz³⁶. Outro aspecto a ser atendido é o apoio da comunidade internacional, representada pelo Conselho de Segurança da ONU (CNSU), o que dá a legitimidade e o suporte financeiro necessários à operação.

A Argentina, como já visto, decide suas participações a partir de estimativas globais concernentes às regras em jogo na nova ordem mundial. Um prático exemplo desta política foi o seu apoio à operação “humanitária” da OTAN no Kosovo, ao arripio dos marcos legais das Nações Unidas.

Sem embargo, apesar dos diferentes pontos de vista, torna-se possível a configuração de cenários em que as Forças Armadas dos países do MERCOSUL poderiam atuar conjuntamente em benefício da paz continental. Como exemplos, destacamos as disputas territoriais e as rivalidades históricas, em total desacordo com a atual situação de cooperação e entendimento na América do Sul, entre a Guiana e a Venezuela, entre este país e a Colômbia, entre o Equador e o Peru e entre o Chile e a Bolívia. Da mesma forma, podem ser imaginados cenários de graves crises políticas, sociais e institucionais em países vizinhos, que exigiriam, a requerimento da ONU ou mesmo da OEA, ações de missões de paz conjuntas ou, ainda, de caráter humanitário na região.

³⁶ “As Forças de Paz da ONU: aspectos militares”. Palestra da Subchefia de Estratégia do Estado-Maior da Armada ao C-PEM. EGN. 1998.

Como apresentado, é possível visualizar-se diversas formas de atuação e de cenários comuns às FFAA dos países do MERCOSUL. Na opinião do autor, o fomento das MCM, consideradas as suas características de obter total transparência nos assuntos militares, parece ser a melhor opção para a participação das FFAA regionais no processo de integração em andamento.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Conforme visto no transcorrer deste trabalho, o mundo vive uma virada de milênio caracterizada por mudanças ainda não muito claras em seus rumos político e econômico. É discutida a soberania plena dos Estados, pelo menos em relação aos temas considerados globais: crimes transnacionais, preservação do meio ambiente e direitos humanos, entre outros. A idéia da integração regional entre os países membros do MERCOSUL é consequência direta deste mundo globalizado, com reflexos inevitáveis na atuação de suas FFAA.

Dos conflitos regionais passados restam apenas as lembranças dos antagonismos geopolíticos coloniais e depois nacionais, justamente entre o Brasil e os seus parceiros de bloco. As controvérsias atuais são indiscutivelmente menores e de mais fácil solução do que as dos quatro séculos anteriores. A última grande controvérsia entre o Brasil e a Argentina foi resolvida pelo Acordo Tripartite de 1979 sobre o aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata.

Assim, o relacionamento atual do Brasil com os demais membros do MERCOSUL tem sido o de cooperação, condição indispensável para a conformação de um Mercado Comum como o pretendido. O receio argentino de que o Brasil venha a exercer a liderança do bloco e a manifestação indevida de um protagonismo brasileiro, podem vir a causar o recrudescimento de velhas desconfianças e até o colapso do processo de integração regional. O relacionamento Brasil-Argentina, cujos reflexos são sentidos no Uruguai e no Paraguai, é decisivo para o destino do MERCOSUL.

Os países do MERCOSUL mantêm seus Interesses Nacionais próprios, como a preservação da democracia, o crescimento econômico e o bem-estar de seus povos. A

nova ordem mundial caracteriza-se pela tendência, entre outras, da primazia dos interesses mundiais sobre os nacionais. Assim, são criados potenciais focos de conflito nas relações com os países do Primeiro Mundo sobre os temas considerados globais. Neste aspecto, é forte a pressão dos EUA para que as FFAA regionais se dediquem a ações de polícia e à luta direta contra o narcotráfico, o que na visão brasileira pode significar uma redução do papel das FFAA na sua missão clássica.

No campo interno desses países, verifica-se a forte influência que os setores político e econômico exercem sobre suas FFAA, principalmente na distribuição de recursos para a Defesa e nas tentativas de atribuir “novos papéis” a seus Poderes Militares. A natural redução das tensões regionais, devida ao clima de integração, contribui para o melhor atendimento de setores mais carentes de investimento, com o conseqüente redirecionamento de recursos.

No atual ambiente democrático, com a menor presença dos Estados no cotidiano das nações, o papel das FFAA em suas atividades subsidiárias pode diminuir, como no caso da FAB em relação à infra-estrutura aeroportuária e à aeronáutica civil, e proporcionar a concentração necessária na atividade-fim. As dificuldades orçamentárias têm obrigado as FFAA a uma mais cuidadosa aplicação de recursos, procurando obter uma maior eficiência operacional com custos reduzidos.

A MB, fruto de seu eficiente mecanismo de planejamento, consegue, de certa forma, manter suas capacidades e ainda aumentá-las, como no caso da Aviação Naval. A A.R.A., assim como as demais FFAA argentinas, vive um momento de grandes dificuldades para a operacionalidade de seus meios e a qualificação de seus quadros, devido à crise financeira e às difíceis relações entre os civis e os militares nas últimas décadas.

Dentro deste panorama, as FFAA dos países do MERCOSUL buscam o aumento de capacidade operacional para o cumprimento de suas missões básicas de defesa da Pátria e da manutenção da soberania, o que vêm conseguindo a duras penas. Procuram também assistência mútua nas áreas de destaque de cada país. Como exemplos, temos a contribuição da Argentina para a formação dos pilotos aeronavais brasileiros de asa fixa e a manutenção de submarino argentino no AMRJ.

A proposta de criação de arranjos de defesa para o MERCOSUL, nos moldes da OTAN, deve ser analisada com cuidado. A ameaça representada pela ex-União Soviética para a Europa Ocidental era tão grande que fez nascer a OTAN antes mesmo da Comunidade Econômica Européia, hoje transformada na União Européia. Não é este, evidentemente, o caso do Cone Sul. Existem ameaças comuns, como o narcotráfico e as agitações causadas por movimentos radicais internos, que não justificam acordos formais de segurança militar. As ameaças deste tipo são problemas de segurança pública e não de defesa externa. O papel das FFAA tem sido de apoio às operações policiais necessárias a seu controle.

Além da existência de uma clara ameaça, a efetividade de uma aliança militar depende da convicção de que esta seria suficientemente forte para a sua supressão. Uma aliança regional, sem o apoio dos EUA, parece carecer de força para enfrentar um grave problema que envolvesse uma grande potência. Para as desavenças que envolvam países de poder semelhante ou menor que os países do MERCOSUL, uma aliança regional parece desnecessária.

Da mesma forma que no campo econômico, com a “imposição” da ALCA, os EUA procuram atrelar a segurança hemisférica a um possível “braço armado” da OEA a ser representado pela JID. Esta visão hegemônica obriga uma maior sintonia entre os

países do MERCOSUL para enfrentar as pressões dos EUA, a despeito de todas as dificuldades atuais.

Para uma eventual coordenação da segurança no Atlântico Sul é desejável a participação da África do Sul na atuação das FFAA do MERCOSUL, a exemplo do que já vem ocorrendo nas Operações ATLASUL, realizadas pelas Marinhas do Brasil, Argentina, Uruguai e daquele país.

Propõe-se, ainda, o continuado fomento das Medidas de Confiança Mútua, consideradas pelo autor a melhor opção para a integração das FFAA regionais ao processo em andamento, e a participação conjunta das FFAA dos países do MERCOSUL em missões de manutenção de paz patrocinadas pela ONU ou OEA, ou em missões de caráter humanitário.

Como foi discutido neste trabalho, torna-se necessário que as Forças Armadas estejam preparadas e participem efetivamente do processo de integração em curso e que, dentro de suas missões constitucionais, possam respaldar as posições políticas assumidas por seus governos em nome de suas Nações. A condução do destino comum dos países do MERCOSUL, realizada com essa perspectiva, certamente levará ao aprofundamento da compreensão entre os povos de toda a América do Sul.

BIBLIOGRAFIA

1. "Segurança Internacional", 13 de junho de 2000. Palestra proferida pelo VAlte (RRm) Fernando Manoel Fontes Diégues para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro, EGN, 2000.
2. A Atuação da Marinha na Defesa Nacional, 12 de abril de 2000. Palestra proferida pelo Comandante da Marinha para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
3. A Estrutura Organizacional da Aeronáutica e a Atuação da Aeronáutica na Defesa Nacional, 10 de abril de 2000. Palestra proferida pelo Comandante da Aeronáutica para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
4. A Estrutura Organizacional do Exército e a Atuação do Exército na Defesa Nacional, 11 de abril de 2000. Palestra proferida pelo Comandante do Exército para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
5. A Política de Defesa Nacional, 13 de abril de 2000. Palestra proferida pelo Jornalista Antonio Carlos Pereira para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
6. ALEMANNI, Roberto L., ELMIR, Mario M. "Mercosur y Fuerzas Armadas". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, añoXXX, n.48, p.21-30, dez. 1998.
7. ARAÚJO, Braz J. de. Paz não está assegurada no "Planeta Azul". Jornal da Tarde, São Paulo, 5 fev. 2000. Cad. de Sábado, p. 2.
8. ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. 2. ed. Brasília : Universidade de Brasília, 1996.
9. ARRUDA, Antonio. Relações do Brasil com outros países. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, v.11, n.30, p.77-86, ago. 1995.
10. As relações do Brasil com a América do Sul, 6 de abril de 2000. Palestra proferida pelo Ministério das Relações Exteriores para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Brasília : Estado-Maior da Armada, 2000.
11. AZCARATE, Patricia F. "Las tres posguerras del siglo XX. Analisis histórico de la constitución del nuevo orden mundial". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXIV, n.37, p.13-31, jun./dez. 1992.
12. BERNAL-MEZA, Raúl. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.42, n.2, p.40-51, 1999.

13. BRASIL. Comando da Marinha. Estado-Maior da Armada. Política Básica da Marinha. Brasília: 1998.
14. _____. Comando da Marinha. Política de Defesa Nacional. A Marinha do Brasil. 2ª Edição, Brasília: 1997.
15. BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil : promulgada em 5 de outubro de 1988. 16ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.
16. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215. Guia para elaboração de ensaios e monografias. Rio de Janeiro, 1998.
17. _____. Escola de Guerra Naval. FI – 219 A. Guia para a elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1992.
18. _____. Escola de Guerra Naval. LS-III-9601. O Brasil na cena internacional. Rio de Janeiro, 1996.
19. _____. Escola de Guerra Naval. RIP-005. “A ANTÁRTICA”. Rio de Janeiro, 1997.
20. _____. Escola de Guerra Naval. RIP-021. “O Brasil e os países do Cone Sul: o Mercosul e a integração econômica latino-americana”. Rio de Janeiro, 1997.
21. _____. Escola de Guerra Naval. RIP-028. “As Forças de Paz da ONU: aspectos militares”. Rio de Janeiro, 1997.
22. _____. Escola de Guerra Naval. RIP-006. “A lei do mar e os poderes navais”. Rio de Janeiro, 1997.
23. BRASIL. Presidência da República. Política de Defesa Nacional. Brasília : Imprensa Nacional, 1996.
24. _____. Presidência da República. Lei Complementar no. 97, de 11 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília: 1999.
25. CANDIDO, Roberto G. Portugueses e Espanhóis no Rio da Prata – disputas territoriais (Um Ensaio Histórico). Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.118, n.1/3, p.129-154, jan./mar. 1998.
26. CASTRO, Therezinha de. América do Sul: Vocação Geopolítica. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, v.14, n.37, p.42-64, jun. 1998.
27. _____. Nossa América: Geopolítica Comparada. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1995.

28. CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES. Extrato do Estudo "Pensando estrategicamente sobre o ano 2005". Os Estados Unidos e a América do Sul. Washington, Estados Unidos : CSIS, dez. 1999.
29. CERVO, Amado L, RAPOPORT, Mario. História do Cone Sul. Brasília : Universidade de Brasília, 1998.
30. COLOMBO, Jorge L. "Hipotesis de conflito: se reestructurarán?" Revista de Publicaciones Navales. Buenos Aires, tomo CXX, año XCII, n.651/652, p.3-11, 2/3 quad. 1991.
31. COSTA, José L. M. Balanço estratégico na América do Sul e o papel do Brasil na construção de uma visão sul-americana de defesa: condicionantes, singularidades e parâmetros. Revista Política Externa. Brasília, v.7, n.4, p.67-95, mar. 1999.
32. COSTA, Thomaz G. da. MERCOSUL – "Segurança Regional e Defesa Nacional do Brasil". Brasília : Centro de Estudos Estratégicos (CEE), 1993.
33. COSTA, Luiz S. S. As hidrovias interiores no Brasil. Rio de Janeiro : SDM, 1997.
34. COUTAU-BÉGARIE, Hervé. "Geoestrategia del Atlántico Sur". Buenos Aires : Instituto de Publicaciones Navales, 1985.
35. DELAMER, Guillermo, TRAMA, Gustavo. "Presente y futuro sobre transparencia y cooperación tecnológica nuclear entre los países de América del Sur". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXX, n.47, p.81-102, jun. 1998.
36. DESTEFANI, Laurio H. "MALVINAS, GEORGIAS E SANDWICH DO SUL, perante o conflito com a Grã-Bretanha". Buenos Aires : Edipress, 1982.
37. DUPAS, Gilberto, VIGEVANI, Tullo. O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional. São Paulo : Alfa-Omega, 1999.
38. Enfoques e tendências do pensamento estratégico na nova ordem mundial – ilações para o Brasil, 19 de abril de 2000. Palestra proferida pelo AE (RRM) Mario Cesar Flores para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
39. Estudo Estratégico do Atlântico Sul, 24 de abril de 2000. Palestra proferida pelo Estado-Maior da Armada para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
40. FERREIRA, Oliveiros S. Sobre a reforma militar. O Estado de São Paulo, 9 fev. 2000. Caderno 1, p. 2.

41. FIALHO, Ivan. Hipóteses de emprego x Hipóteses de Conflito. Evolução do Pensamento Estratégico Militar. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.118, n.10/12, p.157-160, out./dez. 1998.
42. FOLCHER, Fernando D. "Islas Malvinas. Algunas notas sobre su bibliografía". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXVIII, n.44, p.57-64, dez. 1996.
43. GALLI, Juan C. "El rol de las Armadas americanas en el año 2000". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXV, n.38, p.15-25, jun. 1995.
44. GARCIA, Miguel V. "Argentina en el Golfo". Buenos Aires : Editorial Pleamar, 1992.
45. Herança histórica: a evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro (1822-1975), 18 de abril de 2000. Palestra proferida pelo VAlte (RRm) Armando Amorim Ferreira Vidigal para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
46. IGLESIAS, Juan J. "Argentina, Brasil y Chile: Cooperación y Balance Regional". Revista de la Escuela da Guerra Naval. Buenos Aires, año XXVII, n.43, p.15-29, dez. 1995.
47. JORNADA DE DEFENSA Y SEGURIDAD REGIONAL EN EL CONO SUR, 2, Novembro de 1997, Santiago, Chile. Palestra proferida pelo Dr. Patricio Rojas Saavedra sobre o tema: "Seguridad Regional: panorama y perspectivas". Santiago : Corporación de Estudios Estratégicos (CEES), 1997.
48. JORNAL DO BRASIL. Américas. Rio de Janeiro : JB, 11 de maio de 1997. 34p. Suplemento especial.
49. JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA. Medidas de Fomento da Confiança Mútua e Segurança de Caráter Militar. Washington, Estados Unidos : Estado-Maior da JID, nov. 1998.
50. LAMEIRINHAS, Roberto. Uruguai: passado é fantasma que assusta. O Estado de São Paulo, 30 abr. 2000. Cad. A, p. 17.
51. LAPA, Celso G. Posturas sul-americanas em relação à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.115, n.10/12, p.188-215, out./dez. 1995.
52. LIMA, Cláudio V. MERCOSUL: questões procedimentais. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, v.11, n.30, p.87-104, ago. 1995.
53. LLANA, Carlos P. "La Post Guerra Fria". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXVI, n.40, p.13-40, jul. 1994.

54. MACEDO JR, Euclides B. O uso do mar e a globalização. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.119, n.7/9, p.75-80, jul./set. 1999.
55. MARTIN, Jose M. "Análisis geopolítico de la disputa Corpus-Itaipu". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXVII, n.42, p.33-53, jun. 1995.
56. MARTINEZ, Enrique G. "Perspectivas de las Fuerzas Navales ante la transformación de la NATO". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXIV, n.37, p.33-47, jun./dez. 1992.
57. Mercosul: um ATLAS cultural, social e econômico. Rio de Janeiro, Buenos Aires : Instituto Herbert Levy, 1996.
58. Metodologia Científica, 22 de fevereiro de 2000. Palestra proferida pela Professora Maria Cristina Zentgraf para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
59. MILES, Diego E. "La Integración de las Armadas en el Mercosur". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXVI, n.40, p.137-159, jul. 1994.
60. MONTENEGRO, Guillermo. "Operaciones Navales de Mantenimiento-Estabelecimiento de la Paz en el marco de la OEA/ONU". Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXVII, n.43, p.109-124, dez. 1995.
61. MOREIRA, Artur L. S. A busca de um novo modelo de segurança para o hemisfério americano. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.118, n.1/3, p.195-218, jan./mar. 1998.
62. NIGRO, Antônio A. M. Principais condicionantes da concepção, preparo e emprego atual das Forças Armadas. Rio de Janeiro : Escola de Guerra Naval, 1997.
63. O Brasil e a Europa, 4 de abril de 2000. Palestra proferida pelo Ministério das Relações Exteriores para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Brasília : Estado-Maior da Armada, 2000.
64. O conceito atual de emprego integrado das Forças ("Jointness") e suas implicações no preparo e emprego das Forças Navais, 27 de abril de 2000. Palestra proferida pelo AE (RRm) José Maria do Amaral Oliveira para o Curso de Política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
65. O Conceito de Segurança e as Medidas de Confiança Mútua, 29 de fevereiro de 2000. Palestra proferida pelo Professor Braz José de Araújo para o Curso de política e Estratégia Marítimas. Rio de Janeiro : EGN, 2000.

66. O Significado Estratégico Conjuntural e Prospectivo do Poder Naval Brasileiro, 18 de fevereiro de 2000. Aula Inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares da Escola de Guerra Naval proferida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada. Rio de Janeiro : EGN, 2000.
67. OLMOS, Mario. “La cooperación Argentina - Brasil: nucleo impulsor de la integración latinoamericana”. Buenos Aires : Instituto de Publicaciones Navales, 1986.
68. OTERO, Ricardo M. “Reflexiones sobre el futuro de la Armada”. Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXIV, n.37, p.141-147, jun./dez. 1992.
69. PALACIOS, Ariel. Ministros defendem operação conjunta. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 abr. 2000. Caderno 1, p. 4.
70. PAREDES, José Geraldo. O segredo da redação. Rio de Janeiro : Imprensa Naval, 1995.
71. PASSARINHO, Jarbas. Papel das Forças Armadas. O Estado de São Paulo. 15 fev. 2000. caderno 1, p. 2.
72. PEREIRA, Antonio C. A reforma militar. O Estado de São Paulo, São Paulo, 25 jan. 2000. Caderno 1, p. 2.
73. _____. Réquiem para a Força Aérea. O Estado de São Paulo, São Paulo, 30 mai. 2000. Caderno 1, p. 2.
74. PERTUSIO Roberto L. “Una marina de Guerra para hacer qué?” Buenos Aires : Instituto de Publicaciones Navales, 1989.
75. PERTUSIO, Roberto, MONTENEGRO, Guillermo. “Aproximación argentina a la OTAN.” Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXVI, n.40, p.71-79, jul. 1994.
76. PINTO, Paulo Lafayette. O emprego do poder naval em tempo de paz. Rio de Janeiro : SDM, 1989.
77. REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. As Forças Armadas nacionais em tempo de paz. Rio de Janeiro : Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 111, n.7/9, 10/12, jul./set., out./dez. 1991. Suplemento especial.
78. SANTOS, Luiz C. A. As Forças Armadas sul-americanas no início do Século XXI. Rio de Janeiro : Escola Superior de Guerra, 1995.

79. SARAIVA, Miriam G., ALMEIDA, Fernando R. F. A integração Brasil-Argentina no final dos anos 90. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.42, n.2, p.18-39, 1999.
80. SILVA, Cleonilson N. Mercosul: a integração e a celebração de uma aliança militar sul-americana. Rio de Janeiro : Escola Superior de Guerra, 1996.
81. SILVA, José F. B. Os reflexos do MERCOSUL na Estratégia Naval dos países do Cone Sul da América do Sul. Rio de Janeiro : Escola de Guerra Naval, 1997.
82. SILVA, Luiz B. da, ZUCCARO, Paulo M. “La integración Argentino-Brasileña.” Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXIX, n.46, p.103-138, dez. 1997.
83. SIMPÓSIO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DOS ESTADOS-MAIORES CONJUNTOS E DE DEFESA, 11, julho de 1998. Buenos Aires. Palestra proferida pela Delegação do Brasil sobre o tema: Diplomacia-reflexos na área militar. Brasília : Estado-Maior das Forças Armadas, 1998.
84. _____, 11, julho de 1998. Buenos Aires. Palestra da Delegação do Brasil sobre o tema: Proposta de um Mecanismo Permanente de planejamento e acompanhamento dos assuntos de Segurança e Defesa de interesse comum dos países membros. Brasília : Estado-Maior das Forças Armadas, 1998.
85. SIMPÓSIO MB-ARA, 1, 20 a 24 de setembro de 1999, Rio de Janeiro. Apresentação da Marinha do Brasil sobre o tema: Medidas de Fomento de Confiança Mútua. Rio de Janeiro : EGN, 1999.
86. SODRÉ, Nelson W. História militar do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.
87. STOESSINGER, John G. O poder das Nações. São Paulo : Cultrix, 1978.
88. TECNOLOGIA MILITAR. Balance Militar. Istanbul : Grupo Monch, n. 4, jul./ago., 1992, 62p.
89. _____. Marinas de Sudamérica. Barcelona : Grupo Monch, n. 4, jul./ago., 1998, 64p.
90. TIBILETTI, Luis. “Las alternativas de seguridad Hemisférica en el Siglo XXI.” Buenos Aires : SER en el 2000, 1999.
91. TOFFLER, Alvin, TOFFLER, Heidi. Guerra e Anti-Guerra. Rio de Janeiro : Record, 1994.
92. TOSTA, Octávio. Teorias Geopolíticas. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1984.

93. VASOLI, Maria J. "Globalización: en la Argentina su implicancia en la planificación estratégica de nuestras fuerzas." Boletín del Centro Naval. Buenos Aires, v.118, año 119, n.797, jan./mar., 2000.
94. VAZ, Alcides C. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.42, n.2, p.52-80, 1999.
95. VEGAS, Jorge H. H. Impactos da desvalorização do real sobre o comércio entre o Brasil e a Argentina. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, v.42, n.2, p.5-17, 1999.
96. VIANNA, Helio. História do Brasil. 14. ed. São Paulo : Melhoramentos, 1980.
97. VIDIGAL, Armando A. F. Apontamentos de Estratégia Naval. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.118, n.7/9, p.103-131, jul./set. 1998.
98. _____. As Forças Armadas e a Política de Defesa no Brasil e na Argentina. Revista da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, v.14, n.37, p.65-91, jun. 1998.
99. _____. Uma Reavaliação do Papel das Forças Armadas no Contexto Atual. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, v.115, n.10/12, p.75-94, out./dez. 1995.
100. _____. O Brasil e a nova ordem mundial. Rio de Janeiro : SDM, 1991.
101. ZARATIEGUI, Carlos M. "Rol de las Armadas en el 2010." Revista de la Escuela de Guerra Naval. Buenos Aires, año XXVII, n.43, p.49-69, dez. 1995.
102. ZIRAVELLO, Mara. Brasil 500 Anos. São Paulo : Nova Cultural, 1999.

